

Aprovo o presente Convite,

[Assinatura
Qualificada]
João de Deus
Santos Sàágua

Assinado de forma
digital por [Assinatura
Qualificada] João de
Deus Santos Sàágua
Dados: 2022.09.02
15:31:58 +01'00'

CONVITE

Aquisição de Serviços de Manutenção Firewall - Checkpoint

CONSULTA PRÉVIA

REFERÊNCIA: R000-2022/755

ÍNDICE

SECÇÃO I	DISPOSIÇÕES GERAIS	4
Artigo 1º	Objeto	4
Artigo 2º	Procedimento	4
Artigo 3º	Entidade adjudicante.....	4
Artigo 4º	Decisão de contratar	4
SECÇÃO II	PEÇAS DO PROCEDIMENTO.....	4
Artigo 5º	Disponibilização das peças do procedimento	4
Artigo 6º	Esclarecimentos e retificações das peças do procedimento	4
Artigo 7º	Erros e omissões do Caderno de Encargos.....	5
Artigo 8º	Prorrogação do prazo fixado para a apresentação das propostas.....	6
SECÇÃO III	PROPOSTAS	7
Artigo 9º	Documentos que constituem a proposta	7
Artigo 10º	Prazo e modo de apresentação das propostas	7
Artigo 11º	Prazo de manutenção das propostas.....	8
Artigo 12º	Admissibilidade formal das propostas.....	8
Artigo 13º	Negociação.....	8
Artigo 14º	Propostas variantes.....	8
Artigo 15º	Esclarecimentos sobre as propostas.....	8
SECÇÃO IV	ANÁLISE E AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS	8
Artigo 16º	Exclusão da proposta	8
Artigo 17º	Dever de adjudicação	10
Artigo 18º	Causas de não adjudicação.....	10
Artigo 19º	Revogação da decisão de contratar.....	10
Artigo 20º	Decisão e notificação de adjudicação	11
SECÇÃO V	DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E CAUÇÃO	11
Artigo 21º	Documentos de habilitação.....	11
Artigo 22º	Não apresentação dos documentos de habilitação	12
Artigo 23º	Prestação de caução	13
Artigo 24º	Redução do contrato a escrito.....	13

Artigo 25º	Minuta do contrato.....	13
Artigo 26º	Reclamações da minuta	14
Artigo 27º	Celebração do contrato	14
Artigo 28º	Despesas e encargos	14
Artigo 29º	Prazos	14
Artigo 30º	Legislação aplicável	15
Anexo I - Modelo de Declaração.....		16
Anexo II - Modelo de Declaração.....		18
Anexo III – Modelo de Proposta.....		19

SECÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1º Objeto

O presente procedimento administrativo tem como objeto a Aquisição de Serviços de Manutenção de Firewall - Checkpoint, que se consubstancia em aplicar uma política de segurança que garanta a salvaguarda das comunicações de dados e acessos com o exterior.

Artigo 2º Procedimento

O procedimento pré-contratual adotado é o da consulta prévia, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos (doravante abreviadamente designado por “CCP”).

Artigo 3º Entidade adjudicante

A Entidade Adjudicante é a Universidade NOVA de Lisboa – Reitoria, abreviadamente designada por “UNL”, NIPC 501 559 094, sita no *Campus* de Campolide, 1099-085 Lisboa, com o telefone n.º 213 715 600, fax n.º 213 715 614 e endereço de correio eletrónico reitoria@unl.pt.

Artigo 4º Decisão de contratar

A decisão de contratar cabe ao Sr. Reitor da Universidade NOVA de Lisboa, nos termos do n.º 1 do Despacho n.º 8065/2020, de 21 de julho, publicado no *Diário da República*, n.º 161, 2.ª Série, de 19 de agosto de 2020.

SECÇÃO II PEÇAS DO PROCEDIMENTO

Artigo 5º Disponibilização das peças do procedimento

As peças do procedimento são integralmente disponibilizadas na plataforma eletrónica de contratação pública AcinGov.pt.

Artigo 6º Esclarecimentos e retificações das peças do procedimento

1. Os interessados podem solicitar esclarecimentos relativos à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento no primeiro terço do prazo fixado para apresentação da proposta.
2. Os esclarecimentos devem ser solicitados, por escrito, através da Plataforma Eletrónica AcinGov.pt.
3. Os esclarecimentos a que se refere o presente artigo serão prestados por escrito pelo órgão competente para a decisão de contratar, através do mesmo meio, até ao penúltimo dia fixado para apresentação das propostas, nos termos do art.º 116.º do CCP.
4. O órgão competente para a decisão de contratar pode proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento nos termos e no prazo fixado nas alíneas anteriores consoante o prazo de apresentação de propostas aplicável ao procedimento.
5. Os esclarecimentos serão prestados até ao penúltimo dia fixado para a apresentação das propostas, na Plataforma Eletrónica e juntos às peças do procedimento que se encontrem para consulta.
6. Independentemente do disposto nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar pode, oficiosamente, prestar esclarecimentos, no mesmo prazo referido no n.º 5, ou até ao final do prazo de entrega de propostas, devendo, neste caso, atender-se ao disposto no artigo 64.º do CCP.
7. Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

Artigo 7º Erros e omissões do Caderno de Encargos

1. No primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados podem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados.
2. Nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do CCP, consideram-se erros e omissões das peças do procedimento os que digam respeito a:
 - a. aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade;
 - b. espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar;

- c. condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que os interessados não considerem exequíveis;
- d. erros e omissões do projeto de execução que não se incluam nas alíneas anteriores.

3. A lista a apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar deve identificar, expressa e inequivocamente, os erros ou omissões detetados no Caderno de Encargos, com exceção dos referidos na alínea d) do número anterior e daqueles que por eles apenas pudessem ser detetados na fase de execução do contrato, atuando com a diligência objetivamente exigível em face das circunstâncias concretas.

4. Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, ou até ao prazo fixado no convite, o órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.

Artigo 8º Prorrogação do prazo fixado para a apresentação das propostas

1. Quando as retificações ou os esclarecimentos previstos no artigo 50.º do CCP sejam comunicados para além do prazo estabelecido para o efeito, o prazo fixado para a apresentação das propostas deve ser prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao do atraso verificado.
2. Quando as retificações ou a aceitação de erros ou de omissões das peças do procedimento referidas no artigo 50.º do CCP, independentemente do momento da sua comunicação, implicarem alterações de aspetos fundamentais das peças do procedimento, o prazo fixado para a apresentação das propostas deve ser prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao tempo decorrido desde o início daquele prazo até à comunicação das retificações ou à publicitação da decisão de aceitação de erros ou de omissões.
3. A pedido fundamentado de qualquer interessado que tenha adquirido as peças do procedimento, o prazo fixado para a apresentação das propostas pode ser prorrogado pelo período considerado adequado, o qual aproveita a todos os interessados.

4. As decisões de prorrogação nos termos do disposto nos números anteriores cabem ao órgão competente para a decisão de contratar e devem ser juntas às peças do procedimento e notificadas a todos os interessados.

SECÇÃO III PROPOSTAS

Artigo 9º Documentos que constituem a proposta

1. A proposta deve ser constituída pelos seguintes documentos, sob pena de exclusão:
 - a) Declaração de Aceitação do Conteúdo do Caderno de Encargos, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP, em conformidade com o modelo constante no Convite;
 - b) Modelo de Apresentação de Proposta, em anexo ao Convite, em formato *pdf*, onde devem obrigatoriamente ser indicados:
 - i. os preços, apresentados em euros, com duas casas decimais;
 - ii. o acréscimo de IVA, aplicado à taxa legal em vigor, aos preços apresentados, se aplicável.
 - c) Descrição pormenorizada dos serviços a prestar, tendo em consideração as Especificações Técnicas definidas no Caderno de Encargos.
2. Os documentos previstos nas alíneas a) e b) do n.º 1 devem ser redigidos em língua portuguesa.

Artigo 10º Prazo e modo de apresentação das propostas

1. As propostas, bem como os documentos que as acompanham, devem ser apresentadas no prazo de 5 (cinco) dias seguidos, a contar do dia seguinte ao envio do convite, pelo que devem ser enviadas até às 23h59 do 5.º (quinto) dia.
2. O prazo referido no número anterior pode, a pedido da entidade convidada e, em casos devidamente fundamentados, ser prorrogado por prazo considerado necessário, nas condições previstas no artigo 64.º do CCP.
3. Sob pena de exclusão, os concorrentes deverão assinar eletronicamente, através de assinatura eletrónica qualificada, a proposta e cada um dos documentos que lhe associarem, em conformidade com o artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
4. Sob pena de exclusão, nos casos em que o certificado digital não possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura, devem os

concorrentes enviar um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e assinatura do signatário, nos termos do n.º 6 do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

Artigo 11º Prazo de manutenção das propostas

O prazo de manutenção das propostas é de 66 (sessenta e seis) dias, nos termos fixados no artigo 65.º do CCP.

Artigo 12º Admissibilidade formal das propostas

A proposta deve ser apresentada em conformidade com o Convite e o Caderno de Encargos.

Artigo 13º Negociação

As propostas apresentadas não serão objeto de negociação, conforme alínea a) do n.º 2 do artigo 115.º do CCP.

Artigo 14º Propostas variantes

Não são admitidas propostas variantes.

Artigo 15º Esclarecimentos sobre as propostas

1. A entidade adjudicante pode pedir ao concorrente esclarecimentos sobre a proposta apresentada que considere necessários para efeitos da análise e avaliação da mesma.
2. Os esclarecimentos prestados fazem parte integrante da proposta, desde que não contrariem os documentos que a constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão.

SECÇÃO IV ANÁLISE E AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS

Artigo 16º Exclusão da proposta

1. É excluída a proposta cuja análise revele:
 - a) que não esteja constituída por todos os documentos exigidos nos termos do disposto no artigo 9.º do Convite;

- b) que não apresente algum dos atributos ou algum dos termos ou condições, de acordo com o disposto nas alíneas b) e c) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP;
- c) que apresente algum dos atributos que violem os parâmetros base fixados no Caderno de Encargos ou que apresentem quaisquer termos ou condições que violem aspetos da execução do contrato a celebrar por aquele não submetidos à concorrência, sem prejuízo do disposto nos n.ºs 10 a 12 do artigo 49.º do CCP;
- d) um preço contratual superior ao preço base;
- e) a impossibilidade de avaliação das mesmas em virtude da forma de apresentação de algum dos respetivos atributos;
- f) um preço ou custo anormalmente baixo, cujos esclarecimentos justificativos não tenham sido apresentados ou não tenham sido considerados nos termos do disposto no artigo seguinte;
- g) que o contrato a celebrar implicaria a violação de quaisquer vinculações legais ou regulamentares aplicáveis;
- h) a existência de fortes indícios de atos, acordos, práticas ou informações suscetíveis de falsear as regras da concorrência;
- i) que tenham sido apresentadas depois do termo fixado para a sua apresentação;
- j) que sejam apresentadas por concorrentes ou, no caso de agrupamentos de concorrentes, qualquer dos seus membros, nalguma das situações previstas no artigo 55.º do CCP;
- k) que não cumpra o disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do CCP;
- l) que não observe as formalidades do modo de apresentação das propostas;
- m) que os documentos que constituem a proposta não estejam redigidos em língua portuguesa ou que sejam apresentados em língua estrangeira e sem a respetiva tradução certificada;
- n) que envolva alterações das cláusulas do Caderno de Encargos;
- o) que seja constituída por documentos falsos ou nas quais os concorrentes prestem culposamente falsas declarações;

- p) que não cumpra as especificações técnicas estabelecidas no Caderno de Encargos;
- q) que incidam em qualquer outra causa de exclusão regulamentar ou legalmente prevista, nomeadamente as situações previstas no n.º 2 do artigo 146.º do CCP.

Artigo 17º Dever de adjudicação

1. O órgão competente para a decisão de contratar deve tomar a decisão de adjudicação e notificá-la aos concorrentes até ao termo do prazo da obrigação de manutenção das propostas.
2. Por motivo devidamente justificado, a decisão de adjudicação pode ser tomada e notificada aos concorrentes após o termo do prazo referido no número anterior, sem prejuízo do direito de recusa da adjudicação pelo concorrente cuja proposta foi escolhida.

Artigo 18º Causas de não adjudicação

1. Não há lugar a adjudicação, extinguindo-se o procedimento, quando:
 - a) nenhum candidato se haja apresentado ou nenhum concorrente haja apresentado proposta;
 - b) todas as candidaturas ou todas as propostas tenham sido excluídas;
 - c) por circunstâncias imprevistas, seja necessário alterar aspetos fundamentais das peças do procedimento;
 - d) circunstâncias supervenientes relativas aos pressupostos da decisão de contratar o justifiquem.
2. A decisão de não adjudicação, bem como os respetivos fundamentos, deve ser notificada a todos os concorrentes.

Artigo 19º Revogação da decisão de contratar

A decisão de não adjudicação prevista no artigo anterior determina a revogação da decisão de contratar.

Artigo 20º Decisão e notificação de adjudicação

1. A decisão de adjudicação é notificada ao concorrente, indicando-se, quando aplicável, o prazo de suspensão previsto no n.º 3 do artigo 95.º ou na alínea a) do n.º 1 do artigo 104.º, ambos do CCP, conforme o caso.
2. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar deve notificar o adjudicatário para:
 - a) apresentar os documentos de habilitação exigidos nos termos do disposto no artigo 81.º;
 - b) confirmar no prazo para o efeito fixado, se for o caso, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada;
 - c) se pronunciar sobre a minuta de contrato;
 - d) confirmar no prazo para o efeito fixado, se for o caso, a constituição da sociedade comercial, de acordo com os requisitos fixados nas peças do procedimento e os termos da proposta adjudicada.

SECÇÃO V DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E CAUÇÃO

Artigo 21º Documentos de habilitação

1. O adjudicatário deve, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar do dia seguinte ao recebimento da notificação de adjudicação, proceder à apresentação dos seguintes documentos:
 - a) Declaração referida na alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP, emitida conforme modelo constante do Anexo II ao presente Convite e do qual faz parte integrante;
 - b) Certidão Permanente ou o código de acesso à certidão permanente da sociedade com indicação dos órgãos que vinculam a empresa ou declaração de início de atividade;
 - c) Certidão comprovativa da regularização da situação tributária;
 - d) Certidão comprovativa da situação contributiva da Segurança Social;
 - e) Certificados dos registos criminais dos titulares dos órgãos de administração, direção ou gerência;

f) Certificado de registo criminal do adjudicatário.

2. Nos termos do n.º 2 do artigo 5.º da Portaria n.º 372/2017, quando os documentos de habilitação exigidos se encontrem disponíveis na Internet, o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar à entidade adjudicante o endereço do sítio onde aqueles documentos podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítio e documentos dele constantes estejam redigidos em língua portuguesa.

3. O prazo fixado para a apresentação dos documentos de habilitação pode ser prorrogado, por uma única vez, por solicitação do adjudicatário, formulada ao órgão competente para a decisão de contratar, por um período não superior a 5 (cinco) dias.

4. Caso sejam detetadas irregularidades nos documentos de habilitação entregues pelo adjudicatário, por factos que não lhe são imputáveis, será concedido um prazo adicional de 5 (cinco) dias úteis destinado ao seu suprimento, conforme disposto no n.º 3 do artigo 86.º do CCP.

5. O órgão competente para a decisão de contratar pode sempre solicitar ao adjudicatário, ainda que tal não conste do Convite, a apresentação de quaisquer documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a execução das prestações objeto do contrato a celebrar, fixando-se um prazo de 5 (cinco) dias úteis para o efeito.

6. Nos casos em que o valor do contrato a celebrar determine a sua sujeição a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, o órgão competente para a decisão de contratar deve solicitar ao adjudicatário a apresentação de um plano de prevenção de corrupção e de infrações conexas, salvo se este for uma pessoa singular ou uma micro, pequena ou média empresa, devidamente certificada nos termos da lei.

7. O adjudicatário não tem de apresentar os documentos previstos nas alíneas c) e d), do n.º 1 do presente artigo caso esteja registado no Portal Nacional de Fornecedores do Estado.

Artigo 22º Não apresentação dos documentos de habilitação

1. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não apresentar os documentos de habilitação:

a. no prazo fixado no Convite;

- b. no prazo fixado pelo órgão competente para a decisão de contratar, no caso previsto no n.º 8 do artigo 81.º do CCP;
 - c. redigidos em língua portuguesa, ou acompanhados de tradução devidamente legalizada no caso de estarem, pela sua natureza ou origem, redigidos em inglês.
2. Sempre que se verifique um facto que determine a caducidade da adjudicação nos termos do n.º 1, o órgão competente para a decisão de contratar deve notificar o adjudicatário relativamente ao qual o facto ocorreu, fixando-lhe um prazo, não superior a 5 (cinco) dias, para que se pronuncie, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.
3. Quando as situações previstas no n.º 1 se verificarem por facto que não seja imputável ao adjudicatário, o órgão competente para a decisão de contratar deve conceder-lhe, em função das razões invocadas, um prazo adicional para a apresentação dos documentos em falta, sob pena de caducidade da adjudicação.
4. Nos casos previstos nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar deve adjudicar a proposta ordenada em lugar subsequente.

Artigo 23º Prestação de caução

No presente procedimento não é exigida a apresentação de caução, em conformidade com o disposto na alínea a) do n.º 2 do art.º 88.º do CCP.

Artigo 24º Redução do contrato a escrito

1. O contrato deve ser reduzido a escrito através da elaboração de um clausulado em suporte informático com a aposição de assinaturas eletrónicas, podendo sê-lo em suporte de papel quando não tiver sido utilizada plataforma eletrónica para a tramitação do procedimento.
2. As despesas e os encargos inerentes à redução do contrato a escrito são da responsabilidade da entidade adjudicante, com exceção dos impostos legalmente devidos pelo adjudicatário.

Artigo 25º Minuta do contrato

1. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, é enviada ao adjudicatário a minuta do contrato, para aceitação, nos termos dos art.ºs 77.º e 100.º do CCP.

2. A minuta do contrato a celebrar e os ajustes propostos consideram-se aceites pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos 2 (dois) dias subsequentes à respetiva notificação.

Artigo 26º Reclamações da minuta

1. As reclamações da minuta do contrato só podem ter por fundamento a previsão de obrigações que contrariem ou que não constem dos documentos que integram o contrato ou ainda a recusa dos ajustamentos propostos.
2. No prazo de 10 (dez) dias a contar da apresentação da reclamação, o órgão que aprovou a minuta do contrato comunica ao adjudicatário a sua decisão, equivalendo o silêncio à rejeição da reclamação.

Artigo 27º Celebração do contrato

1. A outorga do contrato deve ter lugar no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação, mas nunca antes de apresentados todos os documentos de habilitação exigidos.
2. O órgão competente para a decisão de contratar comunica ao adjudicatário, com a antecedência mínima de 5 (cinco) dias, o seguinte:
 - a) No caso de assinatura presencial do contrato, a data, a hora e o local em que ocorrerá a respetiva outorga, com a antecedência mínima de 5 (cinco) dias;
 - b) No caso de assinatura por meios eletrónicos, o prazo para a outorga e remessa do contrato, não podendo, em caso algum, esse prazo ser inferior a 3 (três) dias.

Artigo 28º Despesas e encargos

As despesas e os encargos inerentes à redução do contrato a escrito são da responsabilidade do adjudicatário.

Artigo 29º Prazos

Todos os prazos indicados no presente Convite cumprem o disposto no artigo 470.º do CCP.

Artigo 30º Legislação aplicável

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente Convite aplica-se o disposto no CCP e qualquer outra legislação aplicável.

Anexos:

Anexo I – Modelo de declaração [a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º CCP]

Anexo II – Modelo de declaração [a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP]

Anexo III – Modelo de proposta

Anexo I - Modelo de Declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º-A, conforme aplicável]

- 1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do Caderno de Encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do Caderno de Encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado Caderno de Encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.
- 2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):
 - a) ...
 - b) ...
- 3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.
- 4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
- 5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação

de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

- 6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.
- 7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º

(4) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

Anexo II - Modelo de Declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP]

- 1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:
- 2 - O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
- 3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

Anexo III – Modelo de Proposta

_____ (*identificação do concorrente pessoa singular ou do(s) representante(s) legal(ais) do concorrente, se se tratar de pessoa coletiva: nome, número de documento de identificação e morada*), na qualidade de representante legal _____ [*qualidade em que subscreve a declaração – só aplicável se se tratar de pessoas coletivas*] de _____ [*identificação da sociedade ou do agrupamento concorrente: firma, número de identificação fiscal, sede ou, no caso de agrupamento, firmas, números de identificação fiscal, sedes, e código de acesso à certidão permanente*], depois de ter(em) tomado conhecimento do objeto do procedimento de Consulta Prévia Ref.^a _____ destinado à celebração do contrato de “_____” (*identificar o contrato a celebrar*) declara(m), sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a prestar todos os serviços que constituem o referido contrato, em conformidade com o Caderno de Encargos, pelo preço máximo total¹ de €..... (por extenso e por algarismos) e com um valor mensal de €..... (por extenso e por algarismos) a que acresce o Imposto sobre o Valor Acrescentado, à taxa legal aplicável, se este for devido.

Mais declara(m) que renuncia(m) a foro especial e se submete(m), em tudo o que respeita à execução do seu contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

Data...

Assinatura(s)²...

¹ Para o período máximo total de duração do contrato a celebrar (incluindo renovações).

² Assinatura do concorrente ou do representante que tenha poderes para o obrigar. Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, deve ser assinada pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os seus membros ou respetivos representantes.